

SOCIUS Working Papers

João Carlos Graça

"A DIVISÓRIA ECONOMIA-SOCIOLOGIA: O CUSTO DE PARSONS ENQUANTO "EMPRESÁRIO SOCIAL" ACADÉMICO"

Nº 7/2006

**SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das
Organizações**

**Instituto Superior de Economia e Gestão
Universidade Técnica de Lisboa
Rua Miguel Lupi, 20
1249-078 Lisboa**

Tel. 21 3951787 Fax:21 3951783

E-mail: socius@iseg.utl.pt

Web Page: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/index.htm>

A DIVISÓRIA ECONOMIA-SOCIOLOGIA: O CUSTO DE PARSONS ENQUANTO “EMPRESÁRIO SOCIAL” ACADÉMICO *

João Carlos Graça
jgraca@iseg.utl.pt

“(…) tal como sublinhou na sua última carta, os estudos sociais estão todos entrelaçados, e não é particularmente importante a forma como cada um se intitula. Penso que quase tudo aquilo que se pode fazer em filosofia se pode fazer também em economia (...) A economia, para além disso, tem uma vantagem na medida em que fornece uma base algo mais segura para a pretensão a um rendimento” (carta de Walter Hamilton para Parsons, 15 de Maio de 1925, apud Camic 1991: xix).

1. Introdução

Em face das discussões recorrentes acerca da problemática das relações interdisciplinares, bem como dos debates suscitados mais recentemente pela emergência académica da chamada “nova sociologia económica”, torna-se importante começar por sublinhar que, bem ao contrário do sugerido em epígrafe, a definição de limites rigorosos identificando âmbitos de actuação distintos para a sociologia e para a economia académicas é um elemento fundamental daquilo a que podemos chamar projecto parsoniano. Presente desde estágios relativamente iniciais da sua elaboração teórica, este objectivo viria a manter-se ao longo de toda a trajectória intelectual de Talcott Parsons (1902-1979), reaparecendo já numa fase relativamente tardia sob a forma duma reflexão em torno do significado e do quadro de actuação da sociologia económica.

* **Nota:** A versão em inglês deste texto foi aceite para publicação pelo *Journal of Classical Sociology*, das Sage Publications, <http://jcs.sagepub.com/> O autor agradece a esta editora a autorização generosamente concedida para publicação em língua portuguesa, na colecção de working-papers do Socius.

Note: Reprinted by permission of Sage Publications, Ltd. from “The Economics-Sociology Divide: the Cost of Parsons as an Academic «Social Entrepreneur»”, *Journal of Classical Sociology*, forthcoming (copyright Sage Publications Ltd., 2006), <http://jcs.sagepub.com/>

Esta preocupação duradoura com a divisória economia-sociologia torna-se mais interessante ainda uma vez colocada em contexto, sendo desde logo digno de nota quanto a isso que: a) Parsons adquiriu o fundamental da sua formação académica avançada como economista; b) dois dos quatro autores aos quais ele reporta mais insistentemente as suas próprias ideias são economistas famosos e canónicos: Alfred Marshall e Vilfredo Pareto. Como veremos, quer no seu tratamento destes dois autores, quer no que dispensou a um certo número de outros, nomeadamente a figura cimeira dos “institucionalistas” norte-americanos, Thorstein Veblen, quer ainda numa certo número de omissões significativas no seu naípe de referências, como terá acontecido com Gustav Schmoller e Werner Sombart, Parsons nunca abandona este objectivo duplo de, por um lado, apontar as que seriam no seu entender simultaneamente potencialidades e limitações da ciência económica oficial, de raiz marginalista, por outro lado proclamar a necessidade de reconhecimento duma outra ciência, que não a economia, como seu complemento lógico: a sociologia, ou pelo menos a sua variante parsoniana.

2. Alfred Marshall

A forma como o autor de *A Estrutura da Acção Social* trata as ideias de Alfred Marshall é, neste quadro, particularmente significativa. Por um lado, Parsons atribui ao economista britânico uma posição de destaque precisamente em virtude de este último não se ter limitado à que é a atitude mais típica da *mainstream economics*, ou seja, ater-se ao registo das preferências enquanto meros dados, sem pretender indagar acerca da sua constituição. Em vez disso, considera que existe uma relação de dependência recíproca entre preferências (*wants*) e actividades (*activities*), aquelas determinando estas últimas à maneira da forma mental típica da economia académica, claro, mas repercutindo as actividades igualmente sobre as preferências, desde logo porque o *ethos* característico da actividade económica, ou pelo menos da actividade económica mais desenvolvida, com as suas conhecidas dimensões de exaltação de “virtudes” como disciplina, parcimónia, esforço, pontualidade, honestidade, etc., comporta evidentemente um certo número de disposições induzindo a determinadas preferências e não a outras (cf. passim Parsons 1931: 107 e segs.; Marshall 1948: 76-80).

Mais importante ainda, na comparação do que é a conduta económica dos homens enquanto consumidores com o que eles são ou fazem enquanto produtores, Alfred Marshall identifica nesta última condição o traço verdadeiramente distintivo da conduta humana, por comparação com o comportamento dos restantes animais. De facto, na sua tipologia das preferências ou necessidades, àquelas ditas básicas ou “naturais” não se limita Marshall a opor um outro tipo extremo de necessidades propriamente “artificiais”, produto do simples capricho e sem relação com as actividades, dado que acrescenta ainda as necessidades naturalmente crescentes, mas não verdadeiramente “artificiais”, resultantes directas ou indirectas do aspecto activo e progressivo da existência humana. Dito de outro modo, aquilo que caracteriza o homem no seu aspecto mais “elevado” ou mais “civilizado” é o facto de ele não obedecer a necessidades hetero-determinadas, antes ser de algum modo capaz de fixar as suas próprias inclinações via actividades, e em particular via actividades expressando a sua autodeterminação (Parsons 1931: 111, 113; 1932: 330-1; 1935 I: 443).

Tal como Parsons nota, esta posição de ordem geral está evidentemente associada ao conjunto de crenças consubstanciadas na ideia de progresso civilizacional enquanto trajectória unilinear ascendente, ideia que o economista britânico subscreve aliás sem crítica detalhada, reconduzindo-a (e reduzindo-a) à sua expressão económica através da noção duma tendência para um nível de vida crescente (Parsons 1931: 116, 119 e 128; 1932: 331). Mas tem também, sublinhemo-lo agora, uma relação razoavelmente óbvia com o facto de, a respeito da disputa entre teorias do valor-utilidade e teorias do valor-custos, Alfred Marshall pretender proceder a uma recuperação pelo menos parcial destas últimas, em particular do legado intelectual ricardiano, face à investida levada a cabo por William Stanley Jevons em nome das suas arreigadas convicções pelo valor-utilidade e do seu muito consciente utilitarismo. Esta recuperação do ricardianismo é, na verdade, o pano de fundo ao qual se reporta a famosa distinção marshalliana entre curto e longo prazo, sendo que a primazia teórica da procura, ou da utilidade, se refere segundo ele ao curto prazo, ou à conjuntura, enquanto a oferta, ou os custos, são o principal enformador das realidades económicas no longo prazo, ou admitindo-se alterações na estrutura (cf. Marshall 1948: 411-17, 677-83; Mosselmans 2000: 141-2).

Parsons, deve desde já notar-se, passa quase completamente ao lado deste último aspecto na sua leitura de Marshall, o que parece poder compreender-se, desde logo dada a versão de ciência económica de cuja consagração oficial ele é contemporâneo. Mais exactamente, refere de forma breve a importância atribuída por Marshall a Ricardo, mas apenas para considerar a ligação desse modo estabelecida como essencialmente infundada. Segundo Marshall, o ricardianismo clássico teria incorrido no vício de desprezar por completo o problema das necessidades, ou da procura (*wants*), e contra isso ter-se-ia levantado um movimento de reacção que exageraria agora em sentido oposto. Para lidar com este outro exagero e poder superá-lo seria necessário, garante, manter o aspecto económico da existência humana em perspectiva, não o isolando demasiado do conjunto dessa existência; e, mesmo quanto ao tal aspecto económico, dever-se-ia tanto quanto possível considerá-lo na sua globalidade (“*the whole of that side*”, apud Parsons 1931: 108). A isto acrescentava ainda, de forma preemptória:

“É importante não perder de vista a grande verdade com base na qual eles [os ricardianos clássicos] operaram algo exclusivamente; nomeadamente, que enquanto as preferências são as dominantes da vida entre os animais inferiores, é para as mudanças nas formas dos esforços e das actividades que nos devemos virar se buscarmos as verdades fundamentais da história da humanidade” (apud idem: 108-9; cf. Marshall 1948: 74-5)

Ora bem, se Parsons levanta já sérias reservas mesmo quanto à ideia da integração sem mais da economia numa pretensa visão mais ampla do social, este último apontar dos supostos méritos do ricardianismo leva a sua paciência a esgotar-se, fazendo-o replicar de forma veemente e indignada:

“Decerto, Ricardo era um puro teorizador. Tanto quanto é do meu conhecimento, não tinha nada a dizer acerca da importância relativa desempenhada pelas preferências [*wants*] no comportamento animal e no humano; se tivesse, teria certamente sido irrelevante para o horizonte relativamente reduzido dos seus problemas teóricos. Mais importante ainda, parece pura ficção afirmar, como faz Marshall, que a razão pela qual Ricardo se ocupou primordialmente do problema dos custos de produção foi a sua compreensão da maior importância destes” (1932: 109; cf. também 1935 I: 444).

Esta indignação de Parsons torna-se bastante mais compreensível com um mínimo de *hindsight*. Na verdade, aquele que é já nesta altura um dos seus principais autores de referência em matéria de teoria económica, Joseph Schumpeter, nunca fez questão de esconder as suas antipatias pela tradição ricardiana e as suas afinidades com o conjunto da genealogia do valor-utilidade, pelo que a sua leitura de Marshall é ambivalente na melhor das hipóteses: respeitadora da hegemonia dos discípulos daquele no meio britânico, é evidente, mas procurando a todo o transe expurgar o discurso marshalliano do elemento de recuperação do ricardianismo, o qual é todavia inegavelmente uma sua parte constitutiva fundamental (cf. passim Schumpeter 1954 II: 261 e segs.; idem III: 199 e segs.). Dado este quadro geral, e sendo a leitura parsoniana dos economistas uma leitura piedosamente respeitadora das convenções hegemónicas da *economics*, particularmente do legado schumpeteriano, o seu viés pode ser considerado como sociologicamente compreensível, mesmo que em definitivo insustentável dum ponto de vista lógico.

Todavia, o que mais importa agora destacar é que, se por um lado a recuperação das actividades faz de Marshall, aos olhos de Parsons, num primeiro momento um autor particularmente interessante, visando a identificação dos aspectos que estariam ausentes do discurso económico dominante e permitiriam superar as limitações do mesmo, nomeadamente o carácter aleatório das finalidades,¹ por outro lado Marshall é

1 A questão da aleatoriedade dos fins é fulcral na definição das problemáticas típicas do jovem Parsons e no balizar das suas relações com a *mainstream economics*. Atente-se, a título de exemplos, nas três seguintes passagens. Elogiando primeiro em simultâneo Alfred Marshall e Max Weber, escreve que com ambos “este mesmo elemento [racionalidade] é o fundamento da negação de que a civilização possa ser compreendida seja em termos de instintos biológicos, as «necessidades» [*wants*] que governam os animais inferiores, ou de «necessidades artificiais» [*artificial wants*] que seriam ou primariamente hedonísticas ou aleatórias” (Parsons 1932: 319-20).

Referindo-se depois, de forma aliás predominantemente depreciativa, àquilo a que chama o «atomismo» de certas correntes de pensamento social, escreve: “Pode ser definido como a concepção segundo a qual os fenómenos sociais devem ser *compreendidos* primordialmente em termos das acções e das propriedades essencialmente independentes de indivíduos prosseguindo fins em última análise pertencentes à esfera privada de cada um, de tal modo que o «social» é concebido como a resultante de várias forças de actividade individual” (idem: 322).

Mais tarde, indicando as que, no seu entender, seriam as limitações fundamentais da abordagem de Lionel Robbins, regressava ao tema: “Mas o seu falhanço em colocar o elemento económico da acção em relação com as outras partes da cadeia meios-fins pressiona-o a pensar na acção económica como concretamente existente por si mesma num ambiente de «dados» aleatórios. Isto força continuamente Robbins a pensar no assunto da ciência

rapidamente descartado ou despromovido no contexto da obra de Parsons e do seu painel de autores de referência. Em parte, e segundo o sociólogo norte-americano, isso resultaria da sua insuficiente identificação das especificidades culturais do Ocidente. Estas últimas apareceriam na obra de Marshall subsumidas na já referida noção de progresso unilinear, noção que Parsons critica severamente considerando-a muito imprecisa, em virtude disso mesmo reorientando desde muito cedo as suas preferências, fazendo-as pender para um grupo de outros autores, antes de todos Max Weber, em detrimento da anterior afinidade com o britânico. Tratar-se-ia aqui, segundo se esclarece, de ser capaz de compreender o que existe de verdadeiramente único e específico em cada sociedade e em cada cultura, tornando-as qualitativamente distintas das demais, em vez de procurar de forma simplista reconduzir tudo a uma única escala ascendente, que nem à noção de evolução sucessivamente separadora e diferenciadora (à maneira dos ramos duma árvore) se mostraria capaz de acolher (Parsons 1931: 128, 135 e segs.; 1932: 317-321, 331-332, nota 3).

Mas é também um elemento importante para a compreensão desta trajetória de afastamento, embora Parsons não o sublinhe, o facto de as concepções marshallianas apontarem no sentido do famoso projecto de ciência social enciclopédica omni-englobante. Ora bem, não só a estratégia parsoniana assenta na recusa enfática desta última e na correlativa defesa intransigente da atribuição de âmbitos diferentes às diversas disciplinas académicas (cf. passim Parsons 1934: 523 e segs.; 1935 II: 666), como ainda por cima, operando com base na profissão de economista, este projecto levaria não a uma “sociologia enciclopédica”, cujo problema principal seria a insuficiente definição do seu quadro de actuação (Parsons 1935 I: 452; idem II: 659), mas muito provavelmente a uma “economia enciclopédica” ou a um “imperialismo económico”, cujo mal maior consistiria obviamente no facto de que então, pura e simplesmente, ficaria dispensada a própria necessidade dum suplemento sociológico (Parsons 1932: 337; 1934: 522, 532).

Contra estas indefinições e estas imprecisões, e de acordo com a versão oficial do próprio, Parsons desde muito cedo considerou assunto da economia o estudo da afectação

económica não enquanto um elemento abstracto da acção, mas enquanto uma hipoteticamente concreta sociedade puramente económica” (Parsons 1934: 544).

de meios a finalidades, sobretudo de finalidades de nível intermédio. Esta atribuição tem lugar no contexto duma hierarquia de meios-fins em que na base, como condições últimas (*ultimate conditions*), aparecem as envolventes naturais de que se ocupam a geografia, a biologia e a psicologia — a que Parsons (1934: 523-4) rejeita o estatuto de ciência social — e no topo, como finalidades últimas (*ultimate ends*), se encontram os valores culturais orientadores, integradores e fornecedores de sentido à acção, os quais se defende serem o verdadeiro assunto da ciência sociológica. Reportando-se à parte intermédia da grande cadeia meios-fins, são identificadas três outras disciplinas: a tecnologia, numa zona algo inferior e referindo-se às relações homem-meio, a economia e a política, eminentemente sociais ambas, a primeira ocupando-se da acção racional e não-violenta, a segunda associada à presença em maior ou menor grau de elementos de violência física e coerção, ou ameaça de recurso aos mesmos (1932: 337 e segs.; 1934: 523-4, 529-30, 543, 545; 1935 I: 421; idem II: 662, 665-6).

Deste modo, se considerarmos a atitude de Parsons relativamente a Marshall, para além de dever notar-se o declínio progressivo da importância do economista britânico, parece sobretudo de reter a fundamental incongruência na valoração a que Parsons procede: Alfred Marshall começa por ser um autor interessante, precisamente por revelar um conjunto de traços que, na verdade... em definitivo o tornam essencialmente desinteressante. Face a isto, é impossível não pensar em transportar para este caso pelo menos uma parte dos elementos enunciados por Charles Camic (1992) a propósito do tratamento a que Parsons procedeu dos institucionalistas norte-americanos: a exclusão destes do seu painel de autores de referência teria ficado a dever-se não tanto a um problema de adequação de conteúdo (*content fitness*), mas sobretudo a uma lógica de selecção de predecessores (*predecessor selection*) preocupada primordialmente com os elementos atinentes à reputação académica dos vários autores em questão.

O caso de Alfred Marshall, dir-se-ia, configura o exacto oposto: é insistentemente referido de início e a suas ideias oficialmente acarinhadas e ritualmente veneradas, mas a afinidade genuína de Talcott Parsons com elas é nula ou quase. A sua inclusão no cânone sociológico parsoniano permanece, assim, duradouramente desconcertante. Figura aí sobretudo como alguém que, tendo intuído aspectos importantes da realidade, lhes deu todavia uma formulação notoriamente desacertada. É esse, de facto, o seu lugar simbólico

fundamental: o correspondente a um erro exemplar. Repita-se e sublinhe-se: não é que os problemas suscitados por Marshall fossem desprovidos de sentido. O que estava fundamentalmente errado era procurar dar-lhes resposta no âmbito da própria *economics* (menos ainda se em versão ricardiana), suscitando a ampliação indefinida do âmbito de actuação desta última. O mais importante era que, reconhecida a legitimidade a esse género de investigações, elas fossem deixadas a cargo dum outro saber académico, concretamente a sociologia. Era esse, de facto, o vício fundamental do economista britânico e do que ele representava: “o conjunto da tradição intelectual inglesa da qual Marshall fazia parte não tinha lugar para a sociologia” (Parsons 1932: 337). Para garantir esse lugar era pois importante voltar às questões por ele suscitadas e dar-lhes um resposta que sublinhasse, pelo contrário, a importância do tal espaço enquanto *Lebensraum* para um saber académico distinto.

3. Gustav Schmoller e Werner Sombart

Quanto ao grupo de problemas atinentes à mencionada “selecção de predecessores”, vale a pena considerar também o caso representado pelo economista “histórico” alemão Gustav Schmoller — e isso apesar de neste caso, ao contrário do sucedido com os institucionalistas norte-americanos, não haver razões claras para pensar que Parsons conhecesse em primeira mão e aprofundadamente a sua obra. A razão mais óbvia e mais directa para isso reside nas afinidades de várias das ideias de Schmoller (n.1838) com as de Marshall (n.1842). Na verdade, se atentarmos ainda que minimamente na obra daquele, rapidamente nos aperceberemos de que a dinâmica *wants-activities* que Parsons notou em Alfred Marshall também está aqui presente: as actividades dependem da procura, mas em retorno também participam na sua determinação. Mais importante ainda, este último aspecto é pensado por Schmoller, e de forma muito consciente, enquanto primazia analítica dos factores culturais.

O quadro em que estes tais factores culturais irrompem em cena tem, para além do mais, uma estreita ligação, na obra de Schmoller como na de Marshall, com a importância atribuída ao lado da oferta, ou lado dos custos, na determinação final dos preços. Na verdade, quer o britânico quer o alemão manifestam a sua convicção de que é possível compatibilizar as teorias do valor pelos custos com as teorias do valor pela

utilidade, e de que, quanto a isso, quer Jevons quer os economistas austríacos (Menger, Böhm-Bawerk) teriam exagerado por mesquinhez, tendência para a pequena polémica e intuítos de auto-promoção académica. Se para Marshall, como vimos, essa questão vem a resolver-se na célebre distinção entre curto e longo prazo, através da qual se pretende resgatar o fundamental da perspectiva ricardiana, já entretanto para Schmoller a compatibilização dos resultados obtidos por via dos custos com os que são determinados pela procura só pode ocorrer igualmente no longo prazo, mas — e é isso, agora, o mais importante — tendo lugar graças à intervenção de uma regulação moral que é o factor que, em definitivo, permite a operacionalidade integrada, “sistémica”, do conjunto da realidade económica, desde logo em virtude de impedir uma oscilação demasiado grande, demasiado rápida ou demasiado imprevisível das preferências dos consumidores (cf. Schmoller 1905-08 III: 277-9, 349, 371-2; Krabbe 1996: 22, 63-4; Nau 2000: 511-2; Koslowski 1995).

No respeitante à importância decisiva dos valores culturais na conduta humana, sobretudo a economicamente relevante, em particular através do propiciamento de acções não motivadas por simples egoísmo, deve aliás sublinhar-se que foi o próprio Marshall, no quadro dos estereótipos nacionais então vigentes, a atribuir essa *démarche* a certos *escritores alemães*, os quais ficariam assim creditados com o mérito analítico de chamarem a atenção para o papel crucial da eticidade² no entendimento do económico:

“Porventura os primeiros economistas ingleses limitaram demasiado a sua atenção aos motivos da acção individual. Mas na verdade os economistas, tal como todos os outros estudiosos da ciência social, estão preocupados com os indivíduos principalmente enquanto membros do organismo social. Tal como uma catedral é algo mais do que as pedras de que é feita, tal como uma pessoa é algo mais que uma série de pensamentos e sentimentos, também a vida em sociedade é algo mais que a soma das vidas dos seus membros individuais (...) mas é também verdade, *como os escritores alemães o notaram bem*, que a economia tem um grande e crescente interesse nos motivos associados à propriedade colectiva e à prossecução colectiva de importantes fins (...) e estas alterações, em conjunto com o desenvolvimento do movimento cooperativo e

2 Eticidade deve neste contexto ser entendida como moralidade que encontra expressão nas condutas duma generalidade de pessoas, isto é, como “costumes em comum”, assumindo nesse sentido características de facto social *à la* Durkheim.

outros tipos de associação voluntária, têm crescido sob a influência de várias motivações para além do ganho pecuniário: estão agora abertas ao economista novas oportunidades de quantificar motivações cuja actuação tem parecido impossível de reduzir a qualquer tipo de lei” (Marshall 1948: 22-23; itálicos meus).

Em matéria de dívidas intelectuais, deve entretanto sublinhar-se que na obra de Schmoller são igualmente detectáveis diversas referências elogiosas a Marshall, de resto em boa medida precisamente pelo mesmo tipo de motivos que este creditava aos *escritores alemães*. E isto é plenamente verdade não apenas no respeitante a estritas questões de eticidade, mas à generalidade de aspectos que, na esteira de Parsons, são geralmente reconhecidos como elementos de “sociologia económica” na *economics* de Marshall, nomeadamente a importância das tradições na economia e o papel crucial do empresário com as suas celebradas virtualidades “teleológicas” (d direcção, orientação, unificação, regeneração, etc.).³

Não se trata, pois, de discutir aqui precedências. Deve aliás, e quanto a isto, sublinhar-se que o meu intuito não é defender que aquilo que Parsons tinha para dizer acerca das relações economia-sociedade, ou economia-cultura, já estaria plenamente contido na obra de Schmoller; ou acrescentar um “pai fundador” à lista de sábios que Parsons inventou como tradição sociológica; ou ainda censurá-lo por ter esquecido este ou outro nome. Ao fim e ao cabo, é claro que há sempre um certo número de ideias que andam no ar em determinadas contextos, pelo que é em definitivo muito difícil fixar uma

3 O elemento empresarial e a sua relevância constituem na verdade a principal razão pela qual Schmoller rejeita as estritas teorias do valor-trabalho de McCulloch e Marx, embora considerando-as muito lisonjeadoras do “espírito democrático” (1905-08 III: 352) da época. De facto, e segundo o académico prussiano, se todo o valor económico é em última análise redutível a custo, nem todo o custo é entretanto susceptível de tradução em “trabalho simples”, precisamente dado a este último faltar o aspecto teleológico, integrador do *Lebenswelt* económico. As referências-chave para os comentários de Schmoller relativos a esta matéria são Alfred Marshall, Wilhelm Wundt e, é claro, a terceira das *Críticas* de Kant, a *Crítica da Faculdade de Julgar* (cf. idem I: 53 e segs., 170-1, 268). Deve registar-se que Wundt e as suas “inteligência combinatória” e “heterogonia de objectivos” desempenham um papel central não apenas na obra de Schmoller, mas também na análise a que Sombart (1982: 209-10) procede da figura dual do empresário, nomeadamente o seu traço empresarial enquanto realidade distinta do seu aspecto *bürger*, e ainda evidentemente nas cogitações de Schumpeter (1984: 172) relativas à vitalidade do capitalismo.

paternidade exacta para elas. Importa bem assim reconhecer que cada autor pensa, escreve e comenta apoiando-se nas obras e nos autores que conhece, os quais não podem ser “todos”, como é evidente. Não se trata pois, repito, de pretender juntar um nome ao panteão, menos ainda de sugerir que Parsons suprimiu voluntariamente e para seu crédito a obra de Schmoller do naipe das suas referências.

O que deve, isso sim, ser reconhecido com clareza é que: a) a tradição do pensamento económico é muito menos coerente do que o jovem Parsons tende a descrever, a questão da origem das preferências atravessando a obra de variadíssimos autores, entre outros Smith, Say, List e o mencionado Schmoller, para além de Marshall;⁴ b) só a particular versão de *cosmopolitan localism* de Parsons (Camic 1991: lxvii), ou seja, a sua inclinação para conceber as ideias e os problemas do seu meio como *as* ideias

4 De facto, em numerosos autores pertencentes à tradição central da economia política é detectável a noção de que as necessidades humanas caminham a par das actividades, sendo aquelas estimuladas pelo crescimento da riqueza e estimulando-o elas próprias em retorno. É neste âmbito que, por exemplo, Adam Smith constrói todo o seu discurso económico em torno da ideia da possibilidade de “progressos da opulência” continuados, sendo que distingue cuidadosamente entre aqueles no seu entender mais recomendáveis, os provenientes da indústria e da parcimónia da maior parte da população, e os que resultam dos caprichos da nobreza, aliás tendendo a longo prazo a condenar este grupo social ao declínio (cf. Smith 1981 II: 589-96). Em todo o caso, repito, actividades e preferências condicionam-se aqui reciprocamente, e há entre elas uma interacção desejável e “equilibrada”, a correspondente ao progresso sustentado e generalizado das riquezas, e uma outra identificada como patológica, a que segundo o mesmo Smith está na origem do “sistema mercantil”.

Jean-Baptiste Say pelo seu lado, e a título de exemplos, afrontava este tipo de questões desde logo a respeito da discussão das ideias de Malthus, demarcando-se cuidadosamente do pastor britânico precisamente por opinar que necessidades e actividades caminham em princípio lado a lado, pelo que o futuro das sociedades não deverá ser sombrio: “É assim que as esperanças avançam a par dos obstáculos, e que o impulso que conduz as sociedades humanas a um melhor futuro produzirá todo o seu efeito” (Say 1972: 45). Noutra contexto, voltava a este tema para condenar a atitude de “certos filósofos ascéticos”, antigos e modernos, que teriam pretendido ser a verdadeira riqueza a capacidade para sobreviver sem o supérfluo. E concluía, expressando um ponto de vista marcadamente *activista*: “passar sem o que se não tem é a virtude característica dos carneiros; mas convém aos homens esforçar-se por obter o que lhes faz falta” (idem: 235).

Em grau ainda maior, Friedrich List opinava que o aspecto fundamental na criação da riqueza é de ordem cultural, pelo que a produção de novas necessidades tanto deverá expressar os progressos como propiciá-los. Segundo o economista alemão, aliás, Smith teria uma concepção da criação de riqueza reveladora duma mentalidade de prestamista, dado fazer da poupança a primeira das virtudes. Pelo contrário, garantia, a produção social de novas necessidades, com os traços de emulação, de estímulo à criatividade e mesmo de descontinuidades bruscas a que vem frequentemente associada, é um elemento absolutamente crucial da problemática económica, induzindo novas actividades tanto quanto é por elas induzida (cf. List 1944: 174-80).

e os problemas, é que levou o sociólogo norte-americano a centrar excessivamente em Marshall um grupo de noções e de problemas que se reporta de facto a um grupo muitíssimo mais vasto de autores e escolas; c) o problema da aleatoriedade dos fins já tinha sido abordado por muito mais gente que não Marshall, tendo merecido consideração e obtido soluções muito mais sofisticadas do que Parsons sugere (1934: 517-8; 1932: 322-3; 1935 I: 427-9), tornando no mínimo muito duvidosa a sua noção de que o conflito generalizado e a escassez (ou, noutros termos, os famosos espectros de Hobbes e Malthus) seriam o corolário ou sequer a sombra inescapável do quadro da análise. Esta última afirmação é, note-se, verdadeira mesmo para os autores utilitaristas (cf. Camic 1979), embora estes representem apenas uma pequena parte do conjunto de tradições de teoria social que Parsons tem a pretensão de criticar e superar.

Em todo o caso, e ainda quanto a Schmoller, deve notar-se também que, apesar de Parsons quase não o mencionar directamente, algumas conexões são susceptíveis de ser facilmente estabelecidas entre os dois, desde logo dado que a obra daquele foi lida, comentada e largamente elogiada, nos EUA, pelo autor tutelar dos institucionalistas, Thorstein Veblen (1990: 252-78), o qual nestes anos é referido por Parsons múltiplas vezes, embora de forma depreciativa; e também em virtude de Schmoller ter estado directamente ligado, na Alemanha, a Werner Sombart (de cuja tese de doutoramento foi aliás orientador), a quem Parsons também alude bastante nas suas primeiras obras, embora depois já só lhe mereça breves referências, de resto predominantemente pejorativas, na *Estrutura* de 1937, para em seguida cair no quase completo oblívio. Por outro lado, e como possível factor de silenciamento, deve ser destacado o veredicto globalmente negativo que Schumpeter produz acerca da “escola histórica alemã”, e de Schmoller em particular. Na sua *História da Análise Económica* estes autores são mencionados a propósito da “querela dos métodos”, a infame *Methodenstreit*, e referidos globalmente como representantes de tendências “anti-analíticas”. Se Sombart consegue de algum modo escapar à fúria plena de Schumpeter (graças aos alegados dotes “artísticos” patentes na sua obra de história económica, definitivamente não em virtude do seu trabalho relativo a “análise” económica), é entretanto justo dizer que Schmoller é nela duramente sovado, sendo mesmo equiparado a uma aborrecida e algo estúpida personagem de Ibsen, o maníaco de monografias marido da famosa Hedda Gabler (cf.

Schumpeter 1964 III: 74 e segs., nota 18; para um questionamento global da própria noção schumpeteriana de “escola histórica alemã”, ver também Grimmer-Solem e Romani 1998).

Estas ligações a Veblen e a Sombart permitem destacar um certo número de aspectos adicionais da problemática da recepção dos vários autores na obra parsoniana. A queda de Sombart no esquecimento foi imediatamente antecedida da sua condenação como autor “idealista”, o que, na terminologia da Parsons, menos do que significar exagero na consideração da importância dos factores “ideais” na configuração da realidade social, denota sobretudo a sobrevalorização da singularidade no estudo das diversas culturas e/ou sociedades (Parsons 1932: 333, 344; 1934: 531; 1935 I: 423, 446 e segs.; idem II: 656-7). Ora bem, como qualquer exame da obra de Sombart depressa revelará, não só este autor defende uma solução conscientemente de *via media* na disputa atinente à atribuição de importância a factores “materiais” e “ideais”, como propõe o recurso a um esquema marcadamente multicausal no estudo duma realidade como o “capitalismo moderno”, aliás censurando Weber por atribuição de importância excessiva aos aspectos religiosos, protestantismo em particular, na génese dos tempos modernos (Sombart 1913: 206-211, 248-51; 1982: 234, 243-60, 269, 303-18; cf. Graça 1995: 6-7, 11-16). Na verdade, segundo Sombart as origens culturais da mentalidade capitalista moderna, dita “racional”, remontariam muito mais atrás no tempo, e a uma diversidade de tradições culturais muito maior que o sugerido por Weber em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, fazendo que o surgimento do capitalismo racional seja, na sua obra, muito menos um facto com origens predominantemente *événementielles*, como sucede com o *pathos* de singularidade irrepetível na teorização weberiana da suposta ligação ao calvinismo, e muito mais a resultante de um contínuo histórico em que sucessivas épocas e correntes de ideias transmitem entre si um depósito cultural que verdadeiramente as mantém unidas, permitindo raciocinar-se em termos dum “processo civilizacional” ininterrupto, um pouco à maneira de Norbert Elias (1989). Em suma, Sombart não é na verdade “idealista” em nenhum dos sentidos identificáveis em Parsons, o qual todavia mantém contra ele uma acusação que, de forma bastante inconsistente, releva por completo no caso de Max Weber (Parsons 1928 I: 643-46; 1932: 333; 1934:

531; 1935 I: 423, 446; idem II: 656-7, 661-5; 1968 [1937]: 614-19; cf. Graça 1995: 4-7, 15, nota 12, 26, nota 25).

Ainda quanto a esta temática, deve do mesmo modo notar-se que, algo incoerentemente, Parsons (1935 II: 657) opina também que Weber se manteve sempre mais afastado das ideias de Marx do que Sombart, pretendendo com isso defender a noção de que este último teria sido menos enfático na defesa da supremacia analítica do *Geist* e mais inclinado a levar em consideração a importância das condições materiais — aparentemente menos idealista, portanto, ao contrário do que o próprio Parsons habitualmente argumenta. No que, porém, Sombart se distinguia sem dúvida de Weber, levando Parsons a preteri-lo a favor deste último, era no facto de não reconhecer validade universal (apenas historicamente limitada a certos tipos de sociedades e culturas) às categorias da economia ortodoxa. Parece na verdade ter sido sobretudo esse facto, bem como a subsequente hostilidade que entre outros Schumpeter lhe moveu, o factor decisivo para que Parsons despromovesse Sombart — não o tal pretensão “idealismo” em boa verdade impossível de detectar. De modo análogo, ao referir-se a Schmoller integrando-o nas correntes supostamente hiper-valorizadoras do *Geist*, concretamente a tradição do historicismo alemão, Parsons (1935 I: 446) vê-se forçado a reconhecer, também aqui de forma incoerente, que Schmoller dedicou um esforço enorme, de resto a todos os títulos notável, à identificação da importância analítica de vários condicionalismos materiais: geográficos, económicos e outros. Como compatibilizar isso com o lugar comum de que a “escola histórica alemã” teria exagerado na ponderação da importância dos factores culturais e da singularidade dos mesmos? Parsons não o esclare, e nada indica que pudesse esclarecê-lo.

Deve enfim notar-se que, aliás de forma também ela inconsequente, Sombart atribui na sua obra uma importância significativa a factores respeitantes às alegadas características das diversas nacionalidades europeias, lançando-se na indagação de pretensos “fundamentos biológicos” do tipo burguês, e de “predisposições étnicas” para ele, o que sugere uma aproximação das suas ideias às teorias racistas — embora, repita-se, isso aconteça de forma bastante confusa e imprecisa, até porque os diversos tipos por si considerados são meras “raças” nacionais: portugueses, espanhóis, escoceses, judeus, etc. (1982: 107-12, 145-61, 214-26). Quer dizer, menos que racismo estrito, em particular na

versão de racismo “científico” tão frequente na viragem dos séculos XIX/XX, parece estar-se aqui sobretudo em face de nacionalismo exacerbado à maneira imperial típica desta época, com a correlativa ênfase na formação de (e recurso a) diversos *clichés* de identificação nacionais. O que em todo o caso é certo nesta matéria é que Talcott Parsons, refugiando-se na imagem estereotipada que formou para si mesmo antes de 1937, manteve a sua tese de um Sombart supostamente demasiado “idealista”, sem chegar a aprofundar o problema das sugestões de racismo contidas na obra do autor de *Der Bourgeois*.⁵

4. Vilfredo Pareto e Thorstein Veblen

Independentemente dos aspectos políticos a que em geral se encontra associada, a questão do racismo é interessante e digna de nota, desde logo porque se prende com uma das preocupações fundamentais na génese da sociologia parsoniana, concretamente o intuito de construção dum quadro analítico em que a generalidade dos elementos hereditários e/ou ambientais fosse levada em consideração apenas como “condições”, não enquanto factores verdadeiramente determinantes. Na verdade, e de acordo com o jovem Parsons, a sociologia deveria de algum modo encontrar o seu lugar transcendendo a habitual antinomia hereditariedade-ambiente, cujas reconhecidas aporias constituiriam a expressão acabada das problemáticas positivistas e dos seus tendenciais corolários utilitaristas e behavioristas. Esta demarcação teórica deveria ter lugar antes de tudo através do reconhecimento explícito e enfático, no estudo da existência social, da

⁵ Acerca dos traços mais directamente políticos da inclusão/exclusão de Sombart do panteão sociológico, cf. também Grundmann e Stehr 2001. Werner Sombart é frequentemente associado ao que tem sido chamado “ideologia da guerra”, *Kriegsideologie* (cf. particularmente a excelente obra de Domenico Losurdo: Losurdo 1998), mas deve quanto a isto sublinhar-se que essa associação se reporta sobretudo a obras dum período relativamente tardio, em particular *Mercadores e Heróis*, e que a referida categoria é na verdade pensada visando incluir um larguíssimo naipe de autores: não apenas os “esperáveis” Martin Heidegger, Oswald Spengler, Karl Schmitt ou Ernst Jünger, mas também vários outros, aliás muito “respeitáveis”, como Max Weber, Karl Jaspers e o próprio Thomas Mann (a quem a cunhagem do termo teria ficado a dever-se!). Num registo substancialmente diverso do de Losurdo, Jürgen Backhaus (1989: 600) nota que, apesar da anterior colaboração entre ambos os académicos, *Mercadores e Heróis* foi a seu tempo objecto duma recensão crítica muito severa da parte de Schmoller.

importância de um elemento de dever-ser (“fins últimos”) não extraído daquilo que é (“condições”), embora influenciando decisivamente a evolução deste.

É precisamente isso mesmo o que Parsons sublinha quando, por exemplo, faz questão de definir os fins numa forma que evoca de imediato a noção de moralidade enquanto razão prática *à la* Kant, isto é, enquanto realidade drasticamente separada das inclinações da sensibilidade, e por isso mesmo assunto de autodeterminação. Segundo escreve, “Os fins são «subjectivos» não meramente no sentido de serem «reflectidos na consciência» do actor, mas no sentido mais radical de que este os adopta independentemente daquelas «condições» da situação que estão fora do seu controlo” (Parsons 1934: 515). É isso também o que o mesmo Parsons defende quando afirma, contra a concepção unilinear da história característica de Marshall, a possibilidade dum indefinida variação qualitativa dos valores ou fins últimos, os quais, muito longe de poderem ser extraídos das “condições”, deveriam antes ser pensados como estando de alguma forma “suspensos no ar”:

“Mas é claro que o factor dos fins últimos comuns é particularmente aberto a muitas variações qualitativas, dado que não é susceptível de completa determinação por «condições» essencialmente uniformes e está por isso mesmo «suspenso no ar» [*«hanging in the air»*]. A única escapatória a tais variações qualitativas, excepto numa perspectiva positivista ou utilitarista que elimina completamente este factor numa base *a priori*, é postular uma tendência metafísica para *um único* sistema de fins com exclusão de todas as possíveis alternativas. É isso o que, em essência, faz Marshall. Os valores corporizados pelas suas «actividades» constituem para si a finalidade absoluta do processo de evolução social como um todo” (idem: 531).

Ora bem, quanto à generalidade destes problemas vale a pena considerar um outro autor que Parsons elege como predecessor, Vilfredo Pareto. Quanto a este último, é necessário começar por destacar sumariamente alguns aspectos definidores: a) primeiro de tudo, não é líquido que Pareto tenha estabelecido de forma inequívoca a divisória de competências economia-sociologia que habitualmente é referida, a primeira ocupando-se dos elementos lógicos da acção, a segunda dos não-lógicos; b) depois, os famosos “resíduos”, o elemento pretensamente sociológico que Parsons sublinha na obra do italiano, são na realidade os resíduos *dos instintos*, o que, diga-se o que se disser, tende a

transformar a sociologia de Pareto numa ciência afim da zoologia, ou mesmo numa variante desta última, embora também seja verdade que a versão paretiana de positivismo procura conscientemente acomodar o aspecto específico que Parsons sublinha: a existência dum elemento crucial na acção humana que se refere ao facto de ela ser dotada de sentido e teleologicamente motivada; c) enfim, e mesmo deixando de lado o que as suas ideias ficam obviamente a dever à noção de *equilibrio geral* à maneira de Léon Walras, Pareto está em boa verdade muito longe de ser um autor realmente original no destacar do carácter “sistémico”, integrado, da acção humana.

Deste modo, as razões alegadas por Parsons para a sua integração no panteão sociológico parecem todas elas algo falhas de pertinência. Consideremos primeiro o assunto das divisões disciplinares. Nesta matéria, e como já tem sido sublinhado, Pareto oscilou de facto entre a concepção da economia e da sociologia enquanto ciências respeitando a tipos diversos de factos, lógicos e não-lógicos, e a ideia duma sociologia “enciclopédica” omni-abrangente (cf. Dalziel and Higgins 2002: 3-5; 14 e segs.). Em todo o caso, nunca estabeleceu a separação de perspectivas analíticas (estudo dos meios *versus* estudo dos “fins últimos”), e não de tipos de factos, que Parsons oficialmente pretendeu consagrar. Na verdade, recordemo-lo, e segundo o norte-americano sublinhou por estes anos múltiplas vezes, tratar-se-ia não de raciocinar em termos de diversos “sectores” ou “departamentos” da vida em sociedade, a ciência económica ocupando-se do relativo ao *business*, a sociologia de outro ou outros, mas da consideração de diversos aspectos analiticamente diferentes abstraídos do mesmo real concreto (cf. passim Parsons 1934: 530).

Quanto à ideia de a consideração dos “resíduos” equivaler ao reconhecimento da existência dum âmbito próprio para a sociologia, bastará sublinhar agora (porque Parsons não o faz) que, sendo os resíduos paretianos os *resíduos dos instintos*, Pareto assume o carácter fundamentalmente inalterável desse aspecto da realidade. Ou seja, o seu “social” identifica-se tendencialmente com o biológico, e um biológico relativamente ao qual é fútil tentar fazer valer qualquer tentativa de emancipação, de autodeterminação consciente. De facto, ao contrário das pulsões profundas relativamente às quais o seu contemporâneo Freud, por exemplo, pretendia instituir um instrumento de conhecimento/tratamento capaz de repor o consciente no comando das operações, no caso

de Pareto o domínio daquilo a que poderíamos chamar o *dark side* da existência humana é tomado como traço inalterável e incontestável. É verdade que, como Parsons sublinha, Pareto se afasta dum behaviorismo estreito:

“Ligando a acção lógica ou económica com a existência duma finalidade subjectiva, uma preferência [*want*], Pareto corta radicalmente com qualquer behaviorismo económico; pois o behaviorista, negando categoricamente a relevância da «subjectividade» para os seus problemas científicos, não tem meios possíveis para distinguir o lógico do não-lógico quando o último é ilógico” (Parsons 1932: 340).

Todavia, o “social” que Pareto identifica, ao contrário do proclamado por Parsons, reduz-se ao “gregário” e ao “repetitivo”, dependendo fundamentalmente do quadro pré-estabelecido dos instintos, o que o faz assemelhar-se a um “social” que se referisse a carneiros ou a formigas. Convive com a hereditariedade e o ambiente sem verdadeiramente se demarcar deles, como aliás o próprio Parsons (*idem*: 341-2) reconhece. Distingue-se, isso sim, do psicológico, mas apenas no sentido de que se reporta a casos frequentes e não apenas a casos individuais potencialmente isolados — a consciência que os agentes têm ou não das suas práticas é essencialmente irrelevante para o curso dos eventos.

Mas o que parece ainda mais interessante nesta matéria é que, ao verificar a afinidade das ideias paretianas com uma concepção da história enquanto mera sucessão de *corsi i riccorsi*, Parsons não vê nesse facto um elemento impeditivo da recuperação do italiano, bem pelo contrário, dado ficar nesse caso posta de lado a malfadada concepção de progresso unilinear identificável em Marshall:

“Tivesse ele discutido o carácter e as actividades de Marshall, Pareto tê-los-ia provavelmente atribuído a uma particular combinação de resíduos, em parte talvez influenciados por derivações passadas de natureza religiosa. (...) Mas estes fenómenos seriam colocados num quadro conceptual geral muito diferente do de Marshall. (...) O que é mais, na medida em que Pareto possui uma teoria do processo histórico como um todo, não se trata da evolução unilinear de Marshall, mas duma sucessão interminável de ciclos de mudança” (*idem*: 342).

Mais ainda, depois de mencionar os principais tipos paretianos de resíduos, o das combinações e o da persistência dos agregados, Parsons atribui evidentemente àquele os traços de mobilidade, vivacidade e instabilidade que Pareto também lhe refere, características predominantes das “raposas”, deixando adstrita ao segundo a ênfase no “fim que uma sociedade devia prosseguir” (Pareto apud Parsons 1935 II: 653), ou seja, aquela mistura de moralismo, rigidez e falta de inteligência para os objectivos mais imediatos que é a característica definidora dos “leões”. Ora bem, dado que estes dois tipos correspondem “respectivamente aos estados de ausência e de presença de «fins ideais»” (idem: 653), Parsons conclui: “Por conseguinte, os fins ideais são pensados como exercendo uma disciplina sobre a acção individual, na ausência da qual a estabilidade é ameaçada. É uma visão gritantemente afim do tratamento que Durkheim dá ao papel das regras normativas” (idem: 653). Para além disso, como se os bons espíritos estivessem realmente predestinados a encontrar-se, Durkheim também pensava muito convenientemente nos tais “fins ideais” enquanto tema em simultâneo limitativo da validade da ciência económica e definidor dum espaço para a sociologia. É significativo, assim, que ambos considerassem que “uma das mais importantes qualificações da aplicabilidade concreta do factor económico está no papel dos fins ideais enquanto agências para a efectiva disciplina dos interesses individuais” (idem: 654).

Em Durkheim, porém, sublinhemo-lo agora contra as afinidades que Parsons declara descobrir, não apenas é inexistente qualquer tentativa de identificação destes pretensos “tipos” sociais ou outros afins, como os valores morais e a sua importância são pensados reportando-os à capacidade humana para a autodeterminação — e não à escassez de inteligência de *alguns* seres humanos. Identificam-se com um elemento do coercividade à escala individual, é certo, mas trata-se como se sabe duma coercividade *sui generis* e que (em Durkheim como em Kant) de modo nenhum exclui a autodeterminação, individual e colectiva, antes a pressupõe. Algo de muito diverso se passa com Pareto, com as suas concepções em que alguma coisa muda apenas como forma de nada realmente mudar, em todo o caso segundo declara observar da sua perspectiva zologicamente *détachée* (na verdade, azedada e cínica) em relação às realidades sociais.

Por último, deve notar-se também que, independentemente do seu recurso abundante à própria palavra “sistema”, Pareto está muito longe de poder ser considerado um precursor da noção segundo a qual as realidades sociais deveriam ser objecto de tratamento integrado, ou de que essa integração ficaria a dever-se ao carácter teleologicamente motivado da acção humana, ou de que os valores culturais supririam o tal cimento unificador das acções humanas providas de sentido, ou de outras quaisquer em torno das quais Parsons pretendeu compor as suas próprias noções de social e de sociologia.

Face ao carácter da análise paretiana, torna-se de facto no mínimo desconcertante que Parsons intente recuperar Pareto para a tradição sociológica, ainda que censurando-o brandamente por “anti-intelectualismo” (1932: 339). Por contraste com tão grande generosidade interpretativa, merece também uma referência o caso de Thorstein Veblen, figura de proa do grupo de economistas heterodoxos conhecidos como institucionalistas norte-americanos. Trata-se dum autor que Parsons maltrata uma e outra vez, desde logo, e alegadamente, dado ele ter tomado diversos grupos de “instintos” como determinando a configuração das sociedades: o da “inclinação parental”, o da “curiosidade gratuita”, e sobretudo o instinto dito de dedicação à actividade profissional e o denominado “pragmático” ou “predatório”, que Veblen reporta à sabedoria mundana. Embora referisse estes dois últimos instintos a classes sociais diversas, respectivamente os grupos socio-profissionais ligados sobretudo ao trabalho manual e a chamada “classe ociosa”, Veblen argumentava de facto tratar-se aqui de diversos “instintos básicos”. Ainda assim, registemo-lo igualmente, tomava o “instinto predatório” enquanto traço social regressivo e susceptível de ablação ou atenuação consciente, quer dizer, como uma realidade em relação à qual seria possível fazer algo, instituir alguma forma de tratamento consciente visando a sua superação (cf. Veblen 1994; Loader, Waddoups e Tilman, 1991: 243-4).

Todavia, opondo-o radicalmente às teorias da supremacia do *Geist* (com o que ignorava heroicamente as repetidas declarações de afinidade dos próprios institucionalistas em relação à “escola histórica alemã”, declarando-as simples equívocos) e considerando-o representante por excelência do predomínio analítico das “condições” sobre os fins ou valores, Parsons (1935 I: 423) optou por banir Veblen do quadro de referência de precursores oficiais da sociologia, indigitando-o entre outras coisas de

redução do social ao biológico (1932: 339, nota 6; 1935 I: 435-41; idem II: 659, 663), para além da acusação de apoio ao projecto da referida sociologia enciclopédica, supostamente por ter confundido os âmbitos das diversas disciplinas académicas e soçobrado à célebre *fallacy of misplaced concreteness* (1935 I: 439), figura retórica a que Parsons recorre nesta época repetidamente, visando com ela as teorias que apoda de “empiristas”, às quais Veblen ficou obviamente confinado.

Em suma, estes autores pretenderiam construir um quadro teórico visando abarcar a totalidade dos elementos do real, pelo que não lhes restaria alternativa senão ir alargando sucessivamente o âmbito de actuação da economia, até a desfigurarem por completo: pretensões enciclopédicas, portanto, enquanto corolário de insuficiência analítica, como Parsons por estes anos repete sem cansaço. Trata-se, porém, duma apreciação que, se por um lado despreza verdadeiros tesouros analíticos dos institucionalistas, recuperando apenas uma pequena parte do seu legado e na estrita condição de o afectar a outra disciplina académica, por outro lado, e como é óbvio, não deixa de ser muito conveniente para o próprio Parsons, grangeando-lhe importantes simpatias no seio da *economics* a que ele próprio apelida de ortodoxa (cf. Camic 1992).

5. Reformulações posteriores: problemas

No fim do exposto, e dum ponto de vista estritamente “cândido”, seria impossível não emergir a dúvida: porquê a deferência para com um autor como Pareto, sobretudo quando comparada com a hostilidade face a Veblen, as evasivas, as acusações de idealismo e a posterior supressão da galeria de precursores que se destina a Sombart, para já não falar da completa desconsideração, entre outros, de Schmoller? Parece necessário, repito, reconhecer pertinência às considerações que, a respeito das relações de Parsons com os seus predecessores oficiais, foram tecidas pelo mencionado Charles Camic (1987 e 1992): um aspecto crucial desta história reside evidentemente em questões de prestígio, e essas questões de prestígio reportam-se por sua vez, de forma insistente, à relação institucional de sociólogos e economistas. Uma parte da aposta parsoniana reside no sublinhar da necessidade dum complemento sociológico à teorização dos economistas profissionais; a outra, àquela indissociavelmente ligada, assenta no respeito reverente pela tradição da economia “ortodoxa”, da qual a sociologia parsoniana tende a

transformar-se em guardião suplementar — sem prejuízo, claro, de em paralelo Parsons ir aproveitando, reprocessando-os, um certo número de elementos teóricos que recolhe das correntes heterodoxas da economia, dos quais oficialmente se afasta. Este modelo de relação, como é óbvio, deixa Parsons na posição que a sociologia das redes tem definido como de *gatekeeper* ou de “empresário social”, *social entre-preneur* ou *tertius gaudens*, quer dizer, aquele que aproveita por estar entre outros (cf. Burt 1992: 26-34; 2000: 11-12; Granovetter 1973 e 1983), ou seja ainda, alguém que, na medida em que pode pôr em comunicação dois grupos separados, pode também por isso recolher excepcionais benefícios provenientes dessa função de estabelecimento de comunicação — em relação à qual opera como árbitro, podendo de acordo com as suas conveniências fazer e desfazer, propiciar, impedir e/ou fazer desviar fluxos comunicativos.⁶

Entretanto, se este padrão de relações interdisciplinares fica nas suas grandes linhas definido por Parsons logo aquando dos seus comentários à polémica entre Lionel Robbins e Ralph Souter (Parsons 1934), deve todavia acrescentar-se que permanecerá talvez em definitivo por determinar em que medida a tal estrita separação de perspectivas analíticas é realmente terreno fértil para uma disciplina sociológica. É que, como ele próprio veio a confessar, Parsons foi mais tarde levado a rever substancialmente a sua

6 Deve notar-se que a noção de empresário que se encontra em Burt é apenas parcialmente análoga ao conceito de Jean-Baptiste Say que obteve plena consagração na história do pensamento económico. Na verdade, enquanto o empresário de Burt sobretudo faz desviar comércio para sua própria vantagem, o empresário de Say realmente cria novas ligações onde sem a sua actuação nada existiria. De facto, ele é muito mais um *tertius iungens*, um terceiro que une, do que um *tertius gaudens*; e por isso Say esclarece que a correspondente forma de rendimento, o *profit de l'entrepreneur d'industrie* (1815: 93-94, capítulo XXI; 1972: 348-58, livro II, capítulos IV e V), não é simples riqueza desviada ou transferida, mas verdadeiramente riqueza nova, criada de raiz. Como está bom de ver, este grupo de problemas é também o que subjaz à distinção de Jacob Viner (1950) entre criação e desvio de comércio; e no contexto do quadro mental típico da *mainstream economics* ele tende a fazer sistematicamente apelo à noção de “custo de oportunidade”.

Apesar de Say ver no empresário um *iungens*, deve esclarecer-se que ele não pensa nesta personagem como um terceira, mas na verdade como uma *quarta parte* interveniente. Acrescentou-a de forma característica à tríade formada por terra, trabalho e capital, em boa medida analogamente ao que Benjamin Constant e outros liberais da Restauração (1815-1830) fizeram pelos mesmos anos com a tradicional tripartição da soberania herdada de Montesquieu: onde havia legislativo, executivo e judicial, Constant acrescentou o *pouvoir modérateur*, uma instância tipicamente régia e empreendedora, cujos principais atributos era suposto serem os de um poder simultaneamente unificador, moderador e preventivo dos impasses (isto é, desbloqueador, integrador e criador de novidade, permitindo pois superar as eventuais adversidades suscitadas por ambientes hostis).

ideia da divisória economia-sociologia, apresentando então a atitude alegadamente “anti-analítica” de Veblen como apenas um dos extremos no leque de escolhas possíveis, mas acrescentado que seria igualmente insustentável a noção, atribuída oficialmente a Pareto (e com a qual o próprio Parsons antes concordara), da existência de “grupos de variáveis” diferenciadas consoante se tratasse duma ou outra disciplinas académicas.

De acordo com o novo entendimento, e segundo Parsons nos virá a esclarecer em escritos da década de 1950, não deveria tanto raciocinar-se em termos de grupos de variáveis diferentes correspondendo às diferentes ciências, mas tão-somente de *aspectos específicos da realidade que é suposto a ciência económica tratar enquanto parâmetros*, ao passo que as variáveis fundamentais seriam as mesmas independentemente do particular aspecto ou perspectiva social com o qual lidemos. E todas elas, assim o garante a nova sabedoria, seriam por excelência assunto sociológico (cf. Parsons e Smelser 1956: 5-6; Dalziel e Higgins 2002: 14-15).⁷

Em suma, esta outra tomada de posição significaria assumidamente que, no respeitante à sociedade, alguma forma de visão mais geral das coisas faria sentido procurar, e que essa seria precisamente a missão da sociologia. Que fique todavia claro: tudo o que a economia académica tinha antes enunciado, ou o fundamental disso, pelo menos no respeitante aos economistas mais consagrados, Keynes e Schumpeter à frente de todos, seria fundamentalmente verdadeiro. Mas seria também apenas uma certa forma

7 Alegadamente, Parsons teria adoptado esta atitude “abrangente” a partir do seu próprio reencontro com Marshall, dado que a explana pela primeira vez nas *Marshallian Lectures* proferidas em Cambridge em Novembro de 1953, mas apenas redescobertas por Swedberg em 1991 (cf. Dalziel e Higgins 2002: 14; a este respeito ver também Graça 2005). De facto, e considerando o que temos visto (cf. supra), é perfeitamente defensável a afirmação de que a sombra de Marshall nunca deixou completamente de perseguir as especulações de Parsons na questão da divisória economia-sociologia. Se uma das consequências dos seus antigos comentários acerca de Marshall consistia precisamente no ensinamento de que *é possível ler os economistas enquanto sociólogos*, não é menos verdade que isto constitui uma consequência tortuosa e na realidade bastante paradoxal das observações de Parsons sobre o académico britânico: foi precisamente contra esta ideia de que os economistas desempenham uma particular variedade do trabalho de sociólogo que Parsons levantou a sua voz nos anos trinta. Todavia, esta é uma ideia muito fácil de encontrar nas obras de vários autores dos princípios do século vinte, os quais, ao contrário de Parsons, frequentemente optam por defendê-la de forma directa, clara e coerente. (A maior parte desta autores, quer economistas quer sociólogos, tem sido sistematicamente ignorada pelas principais correntes sociológicas desde então.) Na medida em que a “Nova Sociologia Económica” permaneça apegada ao legado parsoniano, ela deverá desembocar no mesmo grupo de paradoxos ou, pelo menos, ambiguidades.

de ver as coisas, relativamente à qual se imporia uma visão mais geral, mais congruente, capaz de identificar a respeito dos vários problemas analogias, concordâncias, compatibilidades fundamentais com o que era proclamado pelos tais economistas consagrados, mas sempre insistindo em acrescentar que essas afirmações seriam verdadeiras *no sentido de que...* — e era aí que, em suma, Parsons entrava em cena, meta-teorizando o que fora antes teorizado pela *economics*.

A sua intervenção é, no contexto das disputas reconhecidas no interior da ciência económica académica, fundamentalmente reconciliadora: as oposições, os dilemas, as indeterminações deixadas em aberto pela economia “ortodoxa”, desde as razões da inelasticidade dos salários teorizada por Keynes aos problemas do “empreendedorismo” à *la* Schumpeter, passando pelas dificuldades intrínsecas das teorias dos ciclos, pelos problemas das funções de investimento e/ou de consumo, pela questão da diferenciação entre propriedade e controlo ou mesmo pelos fundamentos da distinção entre bens e serviços (muito mais sofisticados e filosoficamente ricos, garante-se, do que à primeira vista poderíamos ser tentados a pensar) — tudo parece obter um esclarecimento, junto com um reconhecimento da verdade parcial das teorias então mais famosas, depois de reconduzido por Parsons e Smelser ao quadro analítico fundamental dos sistemas sociais, o célebre esquema AGIL (cf. passim Parsons e Smelser 1956: 11-12, 65, 87, 114-23, 186 e segs., 263-70).

6. Alegações finais

Esta forma de conciliação “superior”, entretanto, não pode evitar dois tipos escolhos, simultaneamente opostos e complementares:

a) Por um lado, e por mais apaziguador que Parsons continue a mostrar-se com a ciência económica, as suas ideias da década de cinquenta não escondem um intuito que muitos economistas podem bem sentir como fundamentalmente paternalista, expressando uma pretensa superioridade teórica da sociologia parsoniana “madura”, isto é, do esquema analítico AGIL, face ao *acquis* económico académico. Esta última pretensão tem, para além do mais, o inegável problema resultante de corresponder a uma teorização fundamentalmente *post festum*: Parsons e Smelser permitem-nos ver em que sentido tal ou tal consenso faz sentido, tal ou tal problema resulta necessariamente duma diversidade

de perspectivas particulares susceptíveis de serem concertadas, mas de modo nenhum parecem antecipar verdadeiros desenvolvimentos teóricos ou mudanças significativas das problemáticas, limitando-se a seguir a corrente dos factos para, em cima dela, proclamarem a sua alegada superioridade de visão. Se compararmos o panorama da teoria económica ao qual os dois autores se referem, reportando-se aos anos de 1950, com o actual, facilmente nos apercebemos da verdade disso mesmo.

b) Por outro lado, e é isso agora o mais importante, assenta no reconhecimento (embora apenas implícito) da fundamental falta de validade das críticas antes dirigidas por Parsons à generalidade dos autores “heterodoxos”. Figuras como Veblen, Schmoller, Sombart ou o conjunto da tradição ricardiana, entre outros, são obviamente merecedores duma atenção muito mais detalhada e duma reconsideração fundamental, que só podem ser operadas não graças ao estudo e aos comentários de Parsons, mas apesar deles, isto é, evitando o seu descartar demasiado apressado de correntes económicas mais ou menos heréticas que ele se apressou a jogar pela borda, acusando-as de idealismo, de tendências anti-analíticas (*misplaced concreteness*) e de utilitarismo, entre vários outros “pecados”. Tais acusações revelam-se, de facto, sobretudo uma forma de o próprio Parsons simplificar abusivamente o leque de problemas teóricos da sociologia, em ordem a poder reduzi-los ao famoso “problema hobbesiano da ordem”, permitindo-lhe ao mesmo tempo reconciliar-se algo servilmente com a ciência económica *à la* Robbins, ou seja, enquanto mero estudo da afectação de recursos escassos a uma pluralidade de objectivos tomados como dados. Relativamente ao conjunto destas aspectos, por conseguinte, parece apropriado usar a metáfora de que a intervenção inicial de Parsons na questão dos limites disciplinares sobretudo originou “desvio de comércio” intelectual (em benefício do próprio), propiciando pouca “criação de comércio” entre as várias áreas do saber.

Face ao exposto, considerando quer as dificuldades da posição inicial quer as modificações posteriores, dificilmente se pode evitar a impressão geral de que, do ponto de vista parsoniano, acima de tudo se tratou sempre de garantir alguma forma de *Lebensraum* académico para a sociologia, fosse qual fosse a consagração analítica do mesmo. Esta impressão é ainda reforçada pela existência duma outra delimitação de territórios académicos, celebrada em data posterior, na qual Parsons virá a acordar com Alfred Kroeber uma distribuição deixando entregue à antropologia o “sistema cultural”,

enquanto, no âmbito do esquema AGIL, a sociologia se ocuparia do social — à psicologia e à biologia cabendo os restantes dois sistemas. Esta outra partilha e a teorização resultante, entretanto, subsumem por completo a economia no social, chegando mesmo Parsons a identificar para ela um “conjunto estrutural concreto” e um determinado imperativo funcional, a adaptação. Embora, é certo, se afigure um acordo compatível com a nova visão sobre o âmbito da sociologia oficialmente proclamada nesta década, permanecem aqui todavia por resolver quer o problema da aparente ausência de lugar para a ciência económica (à qual o pacto, cuidadosamente, não alude), quer a fundamental incongruência com a partilha oficial de territórios economia-sociologia na qual Parsons tinha primeiro fundado o reconhecimento académico da última (cf. Parsons e Kroeber 1958; Graça 2005: 115-6).

Porventura mais significativo, porém, do que questões de compatibilidade lógica: a divisão de tarefas a que em 1958 se procede com a antropologia é norteada por uma preocupação não disfarçada de identificar “nichos” académicos, isto é, reconhecimento institucional de competências para os vários grupos profissionais. Trata-se acima de tudo, repete-se, de *encontrar definições distintas, e correspondente reconhecimento, para os diversos grupos profissionais*, agora sociólogos e antropólogos. E talvez isso, bem vistas as coisas, tivesse sido durante todo o tempo o fundamental...

Referências Bibliográficas

BURT, Ronald S. (1992), *Structural Holes: the Social Structure of Competition*, Cambridge, Harvard University.

IDEM (2000), *The Network Structure of Social Capital*, working-paper, University of Chicago and Institute Européen d'Administration d'Affaires, <http://gsbwww.uchicago.edu/fac/ronald.burt/research/NSSC.pdf>

CAMIC, Charles (1979), “The Utilitarians Revisited”, *The American Journal of Sociology*, Vol. 85, 3, Nov., 516-550.

IDEM (1987), “The Making of a Method: A Historical Reinterpretation of the Early Parsons”, *American Sociological Review*, Vol. 52, 4, Aug., pp. 421-439.

IDEM (1991), *Introduction: Talcott Parsons Before The Structure of Social Action*, in PARSONS 1991: ix-lxix.

IDEM (1992), “Reputation and Predecessor Selection: Parsons and the Institutionalists”, *American Sociological Review*, Vol. 57, 4, Aug., 421-445.

DALZIEL, Paul e Jane HIGGINS (2002), *Pareto, Parsons and the Boundary Between Economics and Sociology*, working-paper, <http://nzae.org.nz/files/%2365-DALZIEL-HIGGINS.PDF>

ELIAS, Norbert (1989), *O Processo Civilizacional*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2 volumes.

GRAÇA, João Carlos (1995), *Werner Sombart e o Homem Económico Moderno*, working-paper SOCIUS-ISEG-UTL, <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/wp/wp395.pdf>

IDEM (2005), “Afinal, o que é mesmo a «Nova Sociologia Económica»?”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Nº 73, Dez., 111-129.

GRANOVETTER, Mark (1973), “The Strength of Weak Ties”, *American Journal of Sociology*, Vol. 78, 6, May, 1360-1380.

IDEM (1983), “The Strength of Weak Ties: a Network Theory Revisited”, *Sociological Theory*, Vol. 1, 201-233, E. Randall Collins, San Francisco, Jossey Bass.

GRIMMER-SOLEM, Erik e ROMANI, Roberto (1998), “The Historical School, 1870-1900: a Cross-National Reassessment”, *History of European Ideas*, Vol. 24 (4-5), Jul., 267-299.

GRUNDMANN, Reiner e Nico STEHR (2001), “Why Is Werner Sombart Not Part of the Core of Classical Sociology?”, *Journal of Classical Sociology*, Vol. 1 (2).

KOSLOWSKI, Peter, Editor (1995), *The Theory of Ethical Economy in the Historical School*, Berlin/Heidelberg/New York/Tokyo, Kluwer Academic Publishers.

KRABBE, J. J. (1996), *Historicism and Organicism in Economics: the Evolution of Thought*, Dordrecht/Boston/London, Kluwer Academic Publishers.

LIST, Friedrich (1944), *Sistema Nacional de Economia Politica*, Madrid, M. Aguilar Editor.

LOADER, Colin; WADDOUPS, Jeffrey; TILMAN, Rick (1991), “Thorstein Veblen, Werner Sombart and the Periodization of History”, *Journal of Economic Issues*, Vol. 25, 2, June.

LOSURDO, Domenico (1998), *Heidegger et l'Idéologie de la Guerre*, Paris, Presses Universitaires de France.

MARSHALL, Alfred (1948), *Principios de Economia – Un Tratado de Introduccion*, Madrid, M. Aguilar Editor [1890].

MOSSELMANS, Bert (2000), *William Stanley Jevons and the Deconstruction of Ricardo*, in Psalidopoulos, Ed. (2000).

NAU, Heino Heinrich (2000), “Gustav Schmoller’s Historico-Ethical Political Economy: Ethics, Politics and Economics in the Younger German Historical School”, 1860-1917, *European Journal of the History of Economic Thought*, 7: 4, Winter 2000, 507-531.

PARSONS, Talcott (1928), “«Capitalism» in Recent German Literature: Sombart and Weber”, partes I e II, *The Journal of Political Economy*, Vol. 36, 6, Dec. 1928, 641-661 e Vol. 37, 1, Feb. 1929, 31-51.

IDEM (1931), “Wants and Activities in Marshall”, *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 46, 1, Dec., 101-140.

IDEM (1932), “Economics and Sociology: Marshall in Relation to the Thought of His Time”, *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 46, 2, Feb., 316-347.

IDEM (1934), “Some reflections on «The Nature and Significance of Economics»”, *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 48, 3, May, 511-545.

IDEM (1935), “Sociological Elements of Economic Thought”, partes I e II, *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 49, N° 3, Maio, 414-453 e N°4, Aug., 646-667.

IDEM (1968), *La Estructura de la Acción Social*, Madrid, Ediciones Guadarrama, 2 volumes [1937].

IDEM (1991), *The Early Essays, Edited and with an Introduction by Charles Camic*, Chicago and London, The University of Chicago Press.

PARSONS, Talcott; KROEBER, Alfred (1958), “The Profession: Reports and Opinions”, *American Sociological Review*, Vol. 23, 5, Oct., 582-590.

PARSONS, Talcott; SMELSER, Neil J. (1956), *Economy and Society, a Study in the Integration of Economic and Social Theory*, London, Boston, Melbourne and Henley, Routledge & Kegan Paul.

PSALIDOPOULOS, Michalis, Ed. (2000), *The Canon in the History of Economics*, London and New York, Routledge.

SAY, Jean Baptiste (1815), *Catéchisme d'Économie Politique*, collection *Les Classiques des Sciences Sociales*, Université du Québec à Chicoutimi, direction de Jean-Marie Tremblay, <http://classiques.uqac.ca/classiques/>

IDEM (1972), *Traité d'Économie Politique*. Paris : Calmann-Lévy.

SCHMOLLER, Gustav (1905-8), *Principes d'Économie Politique*, Paris, V. Giard & E. Brière, 5 volumes.

SCHUMPETER, Joseph (1964), *História da Análise Económica*, São Paulo, Editora Fundo de Cultura, 3 volumes.

IDEM (1984), *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

SMITH, Adam (1981), *Riqueza das Nações*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2 volumes.

SOMBART, Werner (1913), *The Jews and Modern Capitalism*, London, T. Fisher Unwin.

IDEM (1982), *El Burgués, Introducción a la Historia Espiritual del Hombre Económico Moderno*, Madrid, Alianza Editorial.

VEBLEN, Thorstein (1990), *The Place of Science in Modern Civilization*, with a New Introduction by Warren J. Samuels, New Brunswick (USA) and London (UK), Transaction Publishers.

IDEM (1994), *The Theory of the Leisure Class*, Mineola, New York, Dover Thrift Editions.

VINER, Jacob (1950), *The Customs Union Issue*, New York, Stevens and Sons.

ÍNDICE

1. Introdução.....	1
2. Alfred Marshall	2
3. Gustav Schmoller e Werner Sombart.....	8
4. Vilfredo Pareto e Thorstein Veblen	15
5. Reformulações posteriores: problemas	21
6. Alegações finais	24
Referências Bibliográficas	27